

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
FACULDADE DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS SOCIAIS
CAMPUS ABAETETUBA

SAMANTHA LAMEIRA DA SILVA
WERBERT VAZ DE ALMEIDA

**O PAPEL DO PEDAGOGO NA INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS COM
DEFICIÊNCIA NA ESCOLA "SAGRADA FAMÍLIA" NO MUNICÍPIO DE TOMÉ-AÇU**

TOMÉ-AÇÚ/PARÁ
2022

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
FACULDADE DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS SOCIAIS
CAMPUS ABAETETUBA

SAMANTHA LAMEIRA DA SILVA

WERBERT VAZ DE ALMEIDA

**O PAPEL DO PEDAGOGO NA INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS COM
DEFICIÊNCIA NA ESCOLA "SAGRADA FAMÍLIA" NO MUNICÍPIO DE TOMÉ-AÇU**

Trabalho de Conclusão de Curso, em formato de artigo (IN/2022-PROEG-UFPA), apresentado como requisito para obtenção do Grau de Licenciado em Pedagogia, pela Universidade Federal do Pará, Faculdade de Educação e Ciências Sociais, Campus Universitário de Abaetetuba, Polo Tomé-Açu.

Orientadora: Profa. Dra. Maria do Socorro Pereira Lima

TOMÉ-AÇU/PARÁ

2022

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

Silva, Samantha Lameira da.

O papel do pedagogo na inclusão escolar de alunos com deficiência na escola "Sagrada família" no município de Tomé-Açu / Samantha Lameira da Silva, Werbert Vaz de Almeida . — 2022.
20 f. : il.

Orientador(a): Prof^ª. Dra. Maria do Socorro Pereira Lima
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal do Pará, Campus Universitário de Abaetetuba, Curso de Pedagogia, Abaetetuba, 2022.

1. Alunos com deficiência. 2. Inclusão escolar. 3. Papel do pedagogo. I. Título.

CDD 370

SAMANTHA LAMEIRA DA SILVA
WERBERT VAZ DE ALMEIDA

**O PAPEL DO PEDAGOGO NA INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS COM DEFICIENCIA
NA ESCOLA “SAGRADA FAMÍLIA” NO MUNICÍPIO DE TOMÉ- AÇU**

Trabalho de Conclusão de Curso, em formato de artigo (IN/2022-PROEG-UFPA), apresentado como requisito para obtenção do Grau de Licenciado em Pedagogia, pela Universidade Federal do Pará, Faculdade de Educação e Ciências Sociais, Campus Universitário de Abaetetuba, Polo Tomé-Açu.

Aprovado em: 19/07/2022

Profa. Dra. Maria do Socorro Pereira Lima-Orientadora

Profa. Dra. Mariza Felipe Assunção – Membro

Profa. Dra. Joyce O. Seixas Ribeiro – Membro

O PAPEL DO PEDAGOGO NA INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NA ESCOLA “SAGRADA FAMÍLIA” NO MUNICÍPIO DE TOMÉ-AÇU

RESUMO

O presente trabalho traz o papel do pedagogo como mediador de diálogos, ele tem papel ativo na gestão pedagógica da escola, inclusão de alunos na escola, suas práticas pedagógicas e concepções sobre inclusão. Com o objetivo de compreender o papel do pedagogo na inclusão escolar de alunos com deficiência, o artigo tem como questionamento: qual o efetivo papel do pedagogo no processo de inclusão escolar de alunos com algum tipo de deficiência? A metodologia utilizada para o seu desenvolvimento é de caráter qualitativa, dividida em duas etapas: na primeira etapa foi realizada uma pesquisa exploratória de referenciais teóricos que subsidiaram os elementos de discussão, tendo como suporte a reunião de alguns teóricos. A segunda etapa foi feito o levantamento de dados na pesquisa de campo, tendo como lócus a Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Sagrada Família, em Tomé-Açu, Pará. Como resultado, a pesquisa aponta que o papel do pedagogo na inclusão escolar de alunos com deficiência é mediar todo diálogo para que os alunos com algum tipo de deficiência possam ter os mesmos direitos de aprender quanto qualquer outro aluno não incluído na categoria de especial.

Palavras – chave: Alunos com deficiência, inclusão escolar, Papel do pedagogo.

ABSTRACT

The present work brings the role of the pedagogue in the inclusion of students in the school, its pedagogical practices and conceptions about inclusion. With the main objective of understanding the role of the pedagogue in the school inclusion of students with disabilities, the article asks: what is the effective role of the pedagogue in the process of school inclusion of students with some type of disability? The methodology used for its development is of a qualitative nature, divided into two stages: in the first stage, exploratory research of theoretical references was carried out that subsidized the elements of discussion, having as support the meeting of the following theorists: Carvalho (2004), Mantoan (1997; 2004), Libâneo (2006 p.39), as well as the Education Guidelines and Bases Law (LDB), National Education Plan (PNE), among others. The second stage was the collection of data in the field research, having as locus the Municipal School of Infantile and Fundamental Teaching Sagrada Família, in Tomé- Açu, Pará. As a result, the research points out that the role of the pedagogue in the school inclusion of studentes wuth disabilities is to mediate all dialogue so that students with some type of disability can have the same rights to learn as any other student not included in the spatial category.

Keywords: Role of the pedagogue; students with disabilities; School inclusion.

¹ Graduanda em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará – UFPA

² Graduando em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará – UFPA

³ Professora Adjunta II da Universidade Federal do Pará, Campus Universitário de Abaetetuba. E-mail: soclimma@gmail.com

INTRODUÇÃO

As discussões sobre o processo de inclusão social de pessoas que têm algum tipo de deficiências intelectuais, físicas, múltiplas, bem como o transtorno do espectro autista (TEA) e com altas habilidades (superdotados) têm se tornado cada vez mais evidente em nossa sociedade e, em especial, no âmbito escolar. Sabe-se que muito têm-se feito para que sujeitos com alguma dessas deficiências se sintam incluídos nos espaços escolares, sobretudo, amparados pelos profissionais que trabalham nos espaços de Atendimento Especializado. Todavia, apesar das garantias legais que amparam a educação inclusiva nas escolas regulares, é sempre importante a atualização da discussão sobre o tema, pois, nem sempre se tem notícias de que as leis são asseguradas e neste processo de inclusão, muitas vezes, o aluno conta mais com o professor de sala de aula, que para os anos iniciais, é sempre um pedagogo. Logo, se torna cada vez mais necessário que qualquer educador saiba entender sobre a educação inclusiva.

Particularmente, o tema da inclusão tem nos chamado a atenção a partir de experiências constatadas em aulas práticas realizadas no decorrer do nosso curso de pedagogia, quando tivemos oportunidade de constatar alunos dos anos iniciais com algum tipo de deficiência e, de certa forma, incluído em turmas regulares. Assim, nesse processo de inclusão vem se tentando combater inúmeros preconceitos que vão além de algum tipo de deficiência, como as citadas inicialmente.

A palavra inclusão segundo Faria (2003), veio substituir a palavra integração por possibilitar uma ampliação desse conceito de integrar o aluno no espaço escolar. Todavia, o termo inclusão se refere ao conjunto de ações que combatem a exclusão de indivíduos que de algum modo estão sendo excluídos da participação da vida em sociedade. Falar em inclusão nos remete também as mais diversas áreas onde possa existir alguma diferença como de classe social, instrução, idade, gênero, preconceito social ou preconceitos raciais. Contudo, neste artigo, queremos nos direcionar a alguns indivíduos que apresentam algum tipo de deficiência, quer sejam físicas,

auditivas, visuais, múltiplas, ou o transtorno do espectro autista (TEA) e as pessoas com altas habilidades (superdotados), pois, interessa-nos avaliá-las no contexto escolar onde elas se encontram incluídas como alunos.

A profissão de futuros pedagogos nos direciona a esses sujeitos, pois, é sabido que cada vez mais alunos com algum tipo de deficiência integra normalmente as salas de aulas e é com esta realidade que iremos conviver como professores, principalmente dos anos iniciais. Sendo deste modo, tornou-se fundamental a realização de um estudo que nos trouxesse um melhor entendimento da realidade do contexto educacional onde iremos atuar futuramente, no que compete ao atendimento de alunos com alguma deficiência, mas sobretudo, o efetivo papel do pedagogo na inclusão escolar desses alunos.

Nesta perspectiva, tomamos uma questão norteadora como ponto de partida da pesquisa: Qual o efetivo papel do pedagogo no processo de inclusão escolar de alunos com algum tipo de deficiência?

O objetivo geral desta pesquisa é de investigar como tem se efetivado o papel do profissional pedagogo(a) na inclusão de alunos com deficiências nos anos iniciais do ensino regular, e de modo mais específico, de identificar as práticas pedagógicas de inclusão em sala de aula.

Para um melhor aproveitamento de produção de dados, optamos por desenvolver a pesquisa na Escola Municipal Sagrada Família, localizada no município de Tomé-Açu, no estado do Pará, por ser uma escola onde desenvolvemos algumas práticas no decorrer do curso de Pedagogia, além disso, é uma escola onde se concentram alunos dos anos iniciais com diferentes deficiências.

O presente artigo está estruturado do seguinte modo, no primeiro momento temos a metodologia abordada nessa pesquisa, em seguida uma abordagem sobre a escola e a inclusão escolar, logo após temos as concepções sobre a inclusão de crianças com deficiência no ensino regular e a atuação do pedagogo na Sala de Recursos Multifuncionais da escola Sagrada Família e o papel professor da sala regular.

METODOLOGIA

A pesquisa foi desenvolvida com amparo teórico em autores como Carvalho (2004), Mantoan (1997; 2004), Libâneo (2006 p.39), assim como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Plano Nacional da Educação (PNE), entre outros. Foi utilizada a pesquisa exploratória, que tem por objetivo proporcionar um estudo mais aprofundado sobre o tema a ser pesquisado. Segundo Sellitz (1967 apud GIL, 1996) essa pesquisa pode envolver

levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas relacionadas com o problema pesquisado e análise de exemplos que levem à compreensão do assunto.

A pesquisa é de caráter qualitativo, que, segundo Ramos; Ramos; Busnello (2005) não está traduzida em números, mas com a qual pretendemos verificar a relação da realidade com o objeto de estudo, obtendo assim várias interpretações na análise dos dados.

No primeiro momento foi realizada a pesquisa exploratória de referenciais teóricos que subsidiaram os elementos de discussão. Após o levantamento de referenciais teóricos foi feita a pesquisa de campo na Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Sagrada Família, em Tomé-Açu, Pará.

A Escola Municipal de Ensino Infantil Sagrada Família fica localizada no bairro Kanebo, no município de Tomé-Açu, Pará, essa escola atende uma demanda de alunos em vulnerabilidade socioeconômica, até o quinto ano do ensino fundamental. Nessa escola estudam três alunos com deficiência e que possuem laudo médico comprovando, porém tem outros dois alunos que estão passando por avaliação para saber se têm ou não alguma deficiência e qual, inclusive esses dois alunos estão passando por essa avaliação graças a observação das professoras de sala de aula da escola que perceberam alguns traços de Transtorno do Espectro Autista - TEA e solicitaram uma avaliação junto à Secretaria de educação.

Desses três alunos, dois são dos anos iniciais do ensino fundamental um do quinto ano que possui Transtorno do Espectro Autista – TEA, a outra do terceiro ano também possui Transtorno do Espectro Autista – TEA e esquizofrenia, e o outro é do e da educação infantil e também tem Transtorno do Espectro Autista – TEA e é deficiente físico; ele anda de cadeira de rodas. Logo, são três alunos autistas, um em cada sala de aula, por estarem em anos diferentes e com idades diferentes e um deles também é deficiente físico e, ainda tem outros dois passando por avaliação. As entrevistas foram realizadas com as professoras desses alunos com deficiência.

No primeiro momento foram realizadas apenas observações dos alunos no espaço escolar, como eles interagem com os colegas e com as professoras durante o intervalo. Após esse período de observação, foram realizadas questionários, primeiro com a professora da Sala de Recursos Multifuncionais – SRM e logo depois com as professoras de sala de aula dos alunos com deficiência. Porém não foi possível fazer observação dos alunos em sala de aula devido a falta de alguns nos dias das visitas previamente agendadas com as professoras e também coincidir como período de provas dos alunos, ou seja, foram realizadas apenas observação nos intervalos no ambiente escolar e entrevistas com as professoras.

Para uma melhor coleta de dados foi utilizado entrevistas semiestruturadas, com as professoras dos alunos que tem deficiência na escola e com a professora do AEE – Atendimento Educacional Especializado. Para identificação das professoras utilizamos nomes de fantasias como, Professora Maria e professora Rosa.

A escola e a inclusão escolar

A escola tem um papel fundamental no que se refere a inclusão social, principalmente quando entendemos que a mesma tem a capacidade de promover a transformação de toda a comunidade em que está inserida. E no que se refere a inclusão as escolas precisam desenvolver práticas que promovam a inclusão de todas as demandas da sociedade. Sobre a função social da escola, Libâneo (2006 p.39) esclarece que:

[...] a educação é uma atividade mediadora ‘no seio da prática social global’, ou seja, uma das mediações pela qual o aluno, pela intervenção do professor e por sua própria participação ativa, passa de uma experiência inicialmente confusa e fragmentada (sincrética), a uma visão sintética, mais organizada e unificada.

A Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Sagrada Família fica localizada no município de Tomé Açu Pará, no bairro da Kanebo. A instituição atua há vários anos no município. Anos atrás sua estrutura física ficava localizada no terreno da igreja Católica Sagrada Família, mas há pouco tempo, ela foi construída em outro local por meio da prefeitura municipal de Tomé-Açu para a melhor atender os alunos. Algumas famílias dos alunos atendidos pela escola são ribeirinhas, pois moram próximos as margens do rio Acará Mirim, no bairro da Portelinha, por ser a escola de mais fácil acesso a seus filhos, mesmo o bairro da Portelinha tendo uma escola fica mais distante das casas dessas poucas famílias que acham melhor atravessar o rio e levar seus filhos para a Escola Sagrada Família no outro lado do rio do que para a escola em seu próprio bairro. A escola tem um papel muito importante na formação dos alunos do bairro e seus arredores, além de atender os alunos com deficiência atende também alunos da sala regular em sua maioria alunos carentes.

A escola possui uma estrutura física adequada, pois foi construída recentemente e conta com uma equipe de profissionais qualificados, com formação inicial, especialização Todas as professoras da escola são pedagogas e os alunos são famílias de baixa renda, pois a escola fica localizada em um bairro periférico do município, alguns desses alunos moram às margens do Rio Acará Miri e precisam atravessar de canoa para terem acesso à escola. Dois desses alunos ribeirinhos têm deficiência e são atendidos pela sala de recursos multifuncionais da Secretaria de educação do município. A opção dos pais em matricular seus filhos nessa escola é pelo atendimento e de acesso mais fácil, mesmo tendo que atravessar diariamente de canoa para chegar à escola.

Carvalho (1997) relata a necessidade da escola estar em um processo contínuo de mudanças e reformas em suas ações educativas, difundindo e contribuindo para a formação de uma nova visão de escola, uma escola que, de acordo com sua função social, favoreça o desenvolvimento de todos os alunos, de acordo com as características que apresentam e do entorno ao qual pertencem.

A escola Sagrada Família não conta com o atendimento de uma equipe multiprofissional dentro da escola, porém a Secretaria Municipal de Educação (SEMED) possui uma equipe multiprofissional que atende a todas as escolas do município de forma escalonada, onde de forma agendada a equipe vai até a escola para atender as demandas. Essa equipe tem um trabalho indispensável para a formação dos professores que atuam com alunos com deficiência assim como também auxiliam na formação dos alunos com deficiência.

Todos tem direito a educação e dentro das escolas deveriam ter sim uma equipe multiprofissional para atender o público da instituição, já que as pessoas com deficiência já tem uma dificuldade maior para ser atendidos, cremos que uma equipe multiprofissional seria de grande valia não somente para as crianças com deficiência mas sim para todos os discentes atendidos na escola.

No município, por meio da Secretaria Municipal de Educação (SEMED) estão disponibilizados os seguintes profissionais: Fonoaudiólogo, terapeuta ocupacional, fisioterapeuta, psicopedagogo e professor de libras. Essa equipe conta com cinco profissionais que atendem a todo o município, ou seja, todas as escolas da rede municipal de ensino.

O art. 59 da LDB prevê que os sistemas de ensino devem assegurar os recursos pedagógicos e de pessoal necessários à efetiva inclusão do aluno:

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação: I - Currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;

[...];

III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

A Declaração de Salamanca (1994) é um documento criado na Conferência Mundial sobre Educação Especial, em Salamanca, na Espanha, em 1994, este documento tem como objetivo direcionar a formulação de reformas de políticas para que haja a inclusão social. Como um dos principais documentos do mundo que visam a inclusão social a Declaração de Salamanca fica ao lado da Convenção de Direitos da Criança (1988) e da Declaração sobre Educação para Todos de 1990.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), a educação especial é modalidade de educação escolar para todos os níveis, etapas e modalidades de educação e ensino, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação (art. 4º, III, e 58 da Lei Federal nº 9.394/1996, e § 1º, art. 1º do Decreto nº 7.611/2011).

Quando a escola abraça a causa da inclusão de alunos com deficiência algumas mudanças precisam ser feitas em suas estruturas físicas, já que em sua maioria foram construídas sem acessibilidade, bem como mudanças em suas metodologias de ensino e em suas práticas diárias pra que haja a promoção de uma educação que atenda as especificidades de cada aluno. De acordo com Mantoan (2004, p.23), é necessário que a inclusão se efetive, portanto, como uma:

[...] possibilidade que se abre para o aperfeiçoamento da Educação Escolar e para o benefício de todos, com ou sem deficiência. Depende, contudo, de uma disponibilidade interna para enfrentar as inovações e essa condição não é comum aos sistemas educacionais e aos professores.

Brunswick, apud Pacheco (2007, p. 14) aponta que o sistema educacional para fornecer uma inclusão total baseia-se em alguns princípios e crenças, como:

Todas as crianças conseguem aprender, todas as crianças frequentam classes regulares adequadas à sua idade em suas escolas locais, [...] recebem programas educativos adequados, [...] recebem um currículo relevante às suas necessidades, [...] participam de atividades curriculares e extracurriculares, [e] beneficiam-se da cooperação e da colaboração entre seus lares, sua escola e sua comunidade.

Isso ocorre quando a escola e principalmente o professor pedagogo (a) tem grandes expectativas em relação aos seus alunos, quando o professor se mostra acolhedor em sala de aula, quando ele mostra que a sala de aula é um ambiente seguro e quando confia e acredita na capacidade dos seus alunos, quer sejam com deficiência ou não. Para Faria (2003), a inclusão implicaria numa transformação, uma transformação do olhar que se tem em relação a pessoa com deficiência.

Em vista do processo de inclusão escolar, o pedagogo tem um papel de ativo, enquanto participante da gestão da escola. Para que se tenha uma escola que se efetive a inclusão cabe ao pedagogo (a) desempenhar seu papel para que isso ocorra desenvolvendo práticas pedagógicas que viabilizem a inclusão de todos da sala de aula, cabe ainda ao pedagogo a promoção de medidas de acessibilidade e participação ativa de todos da sala de aula para que se tenha uma educação de qualidade.

Concepções sobre a inclusão de crianças com deficiência no ensino regular

Uma escola inclusiva e de qualidade é um grande desafio que tem como princípio norteador rever alguns pontos que vão desde a administração escolar até o pedagógico. As instituições escolares de Ensino Regular devem oferecer vaga para todos os alunos, ofertando um atendimento de qualidade aos alunos com necessidades especiais, e garantindo condições para a permanência e aprendizagem desses.

O artigo 3º da Resolução CNE/CEB Nº 2, de 11 de setembro de 2001 sobre a educação especial, especifica que:

Por educação especial, modalidade da educação escolar entende-se um processo educacional definido por uma proposta pedagógica que assegure recursos e serviços educacionais e especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentem necessidades educacionais especiais, em todas as etapas e modalidades da educação básica (BRASIL- MEC/SEESP, 2001, p. 1).

As políticas de inclusão dos alunos que precisam de um atendimento para as suas necessidades educacionais especiais no Ensino Regular não se tratam apenas da permanência física junto dos outros alunos, é necessário mudar paradigmas e concepções para que possam ser desenvolvidos todos os potenciais desses alunos respeitando as diferenças e atendendo cada necessidade.

A escola tem um papel de suma importância em desenvolver atividades que envolvam todos, gestores, corpo docente, funcionários do apoio e os alunos, para que sejam desenvolvidos espaços de inclusão e acessibilidade, onde, todos possam fazer parte de um todo, com atividades extraclasse que atendam os alunos com necessidades especiais. Logo, a diversidade deve ser respeitada e valorizada em os alunos e funcionários da escola.

É válido ressaltar ainda que o trabalho com a educação inclusiva nas redes educacionais tem que ser direcionado a partir do seu contexto real, analisando as condições em que a escola recebe os alunos com necessidades especiais e como assegura aprendizagem, possibilitando a integração entre educação regular e especial.

Conforme Mader (1997), é necessário construir uma política de igualdade com seriedade e responsabilidade, possibilitando ações significativas e de qualidade na prática de educação inclusiva.

O desafio para uma escola inclusiva é o de desenvolver uma pedagogia capaz de educar com sucesso todos os alunos, incluindo aqueles com deficiência e desvantagens severas (SALAMANCA, 1994, p.6).

A inclusão, portanto, implica em práticas pedagógicas inovadoras visando o sucesso de aprendizagem de todos os alunos.

O papel do pedagogo na Sala de Recursos Multifuncionais da escola Sagrada Família

Na Escola Sagrada Família por ser uma escola de educação infantil tem poucos alunos e conta com apenas quatro salas comuns e a Sala de Recursos Multifuncionais atendida pelos profissionais da SEMED. Essa Sala de Recursos Multifuncionais é o espaço da escola onde se realiza o atendimento educacional especializado para os alunos com necessidades educacionais especiais. Algo muito interessante na estrutura física da Escola Sagrada Família é a localização da SRM, geralmente em uma grande parte das escolas do município, a SRM é sempre a última sala, “escondida” das demais, porém na Escola Sagrada Família, essa sala fica no centro, onde todos passam por ela.

A escola conta com apenas três alunos com diagnóstico médico que comprovam que possuem deficiência, assim, somente esses três alunos são atendidos pela SRM, mesmo sendo um número relativamente baixo, esses alunos têm o direito de serem atendidos, pois requeitando o ensino regular e o atendimento especializado, o aluno com necessidades educacionais especiais têm assegurado seus direitos, sendo de responsabilidade da família, da Escola, do Sistema e da sociedade.

As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, 2001, em seu artigo 2º orientam que: “Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidades para todos” (Alves, 2006, p.11).

A pedagoga que atua na Sala de Recursos Multifuncionais – SRM conta com materiais disponibilizados pela escola e em alguns momentos com recursos próprios para a construção de alguns recursos pedagógicos. A profissional tem um vasto histórico na educação especial, durante a observação ela nos relatou que juntamente com os demais docentes da escola, os professores que atuam nas salas regulares, criam e disponibilizam materiais confeccionados para todos da escola, a professora também dispõe de um grande referencial teórico que é posto em prática dentro e fora da SRM, não somente isso, ela também inclui os alunos em todas as atividades extracurriculares na escola. Assim sendo de grande importância para a escola a atuação da professora pedagoga para a construção do conhecimento e a inclusão dos alunos com deficiência na escola sagrada Família

Segundo Almeida e Soares (2010) o trabalho do pedagogo é propiciar uma organização dentro do ambiente escolar para que seja possível transformar e construir conteúdos, criar possibilidades de modificar e armar estratégias juntamente com os agentes atuantes da escola um ambiente em que o aluno possa contar com metodologias de ensino, instrumentos de avaliação e o pedagogo é responsável por articular todos esses elementos dentro da escola. A ele também é de dever passar aos professores uma reflexão, auxiliá-los a pôr em prática os elementos acima citados. Buscando também novas possibilidades e alternativas para o trabalho pedagógicos que desenvolvem.

É válido ressaltar que a Sala de Recursos Multifuncionais da escola Sagrada Família é do Tipo I, onde consegue atender todo tipo de deficiência.

O professor da Sala de Recursos Multifuncionais deve atuar, como docente, nas atividades de complementação ou suplementação curricular específica que constituem o atendimento educacional especializado; e isso é notório com a professora na escola Sagrada Família, ela atua de forma colaborativa com as demais professoras na criação de estratégias e recursos pedagógicos que favorecem o acesso dos alunos com necessidades educacionais especiais no currículo e na interação com os demais alunos da escola.

Professor da sala regular

Através das declarações das docentes entrevistadas ao longo da observação foi possível entender que o professor com especialização principalmente o que atende os alunos com deficiência na sala de recursos tem um papel muito importante na percepção e orientação do professor da sala regular, essa diferença faz com que o docente da sala, tenha um desempenho melhor, vendo esse aluno não como alguém que precisa ser diferenciado dos outros, mas ajude ele a incluir da mesma forma esse aluno no dia a dia da sala de aula juntos aos outros colegas.

Segue a fala da professora da sala regular:

[...]ela (professora da SRM) me ajuda muito, ela também pergunta muito, por que é muito difícil a gente pensar em atividades para dois públicos de alunos, a dificuldade é em saber se estamos no rumo certo, em saber se não estamos facilitando demais, ou se não está dificultando demais (Professora Maria).

Segue também a fala de outra professora (Professora Rosa) da sala regular sobre a parceria entre a professora da Sala de Recursos Multifuncionais e a professora da Sala regular: “[...] tudo isso eu compartilho com a professora do AEE para ela me ajudar trabalhando com

ele também, eu divido com ela os meus anseios. Daí sempre que dá ela me orienta, ou trocamos ideias.”

Durante a observação na escola “Sagrada Família”, conversamos com as professoras dos alunos com deficiências. Nos relataram que depois da chegada da professora na SRM elas conseguiram ter um rendimento muito melhor em relação aos seus alunos com deficiência, elas usam de modo eficaz, metodologias e práticas na sala de aula, que muito além da ajuda e reforço da sala de recursos, os alunos que possuem algum tipo de deficiência dispõe de materiais como avaliações adaptadas, atividades que vão de acordo com o nível de intelectualidade dos alunos, elas estão conseguindo de maneira mais fácil, incluir o aluno com deficiência na sala regular, elas se adaptaram aos alunos dentro e fora da sala de aula.

Segue a fala da professora da sala regular (Professora Maria) onde ela relata sobre uma atividade que foi proposta para os alunos se ela poderia adaptar para o nível do aluno com deficiência:

[...] A professora me ajuda muito, eu perguntei pra ela se eu poderia fazer a atividade em um nível mais abaixo, se eu poderia fazer menos questões, que aí como ela estudou mais que eu sobre isso, ela disse que se eu achasse necessário que ele fizesse um pouco menos, ou menos questões caberia a mim entender como esse aluno iria se adaptar a atividade Professora Maria).

A professora relata ainda sobre a relação dos outros alunos da sala com as atividades do aluno com deficiência serem adaptadas, ou seja, um pouco diferente das atividades deles, segue a fala da professora:

[...] eles perguntam, eles querem fazer as mesmas atividades que ele, mas eles já entendem o porquê desse aluno fazer as atividades diferenciadas, mas isso não incomoda eles, eles entendem (Professora Maria).

De acordo com Melo e Martins (2004), é normal que os sentimentos de insegurança, pena, medo entre outros sejam vistos inicialmente pelos integrantes da escola regular quando um aluno com deficiência é incluído em uma instituição de ensino pois na maioria das vezes existem ideias preconcebidas com relação a pessoa com deficiência apresentam, diante do observado ao longo dessa pesquisa vimos que o corpo escolar vai se adaptando aos poucos com os alunos deficientes, a professora mesmo nos relatou que no início tinham “medo” de não conseguirem fazer com que esses alunos fossem vistos de maneira igual pela escola, alunos e demais profissionais incluídos na escola.

Segue uma fala de uma das professoras (Professora Maria) por meio do questionário que nos diz sobre algumas das suas práticas diárias que é fazer dois planos de aulas para poder

atender os alunos da sala regular e também o aluno com deficiência, e que pra esse aluno é necessário dar uma atenção maior, haja vista que ele precisa:

Eu trabalho com todos os alunos as 4 horas de tempo de aula, claro que na hora das aplicações de atividades escritas, preciso dar uma atenção maior para ele que não escreve cursivo e precisa de orientação maior para conseguir realizar suas atividades que quando escritas são diferenciadas, ou seja, uso mais imagens, as vezes material concreto como apoio pedagógico, pois ele tá num nível de alfabetização 1º ano e minha turma é de 5º ano, o que me dá a demanda de ter sempre dois planos trabalhando esses dois níveis dentro do mesmo tema trabalhado, nas demais atividades o aluno participa junto com os demais e tem uma facilidade de socialização muito boa, sendo bem querido pelos colegas. (Professora Maria).

Questionado para uma das professoras sobre quais as metodologias são mais usadas com os alunos com deficiência em sua sala de aula ela nos deu a seguinte resposta:

Isso depende muito dos objetivos que o professor tem para que o aluno alcance, meu aluno por exemplo, não precisa ser trabalhada a interação, afetividade, ele é ótimo, mas a dificuldade de escrever da lousa, que prejudica ele a conseguir avançar na coordenação motora, então para melhorar isso, eu busco trabalhar com atividades que ativem a coordenação motora, traçados, pinturas, repetição de escrita de palavras cursivas, sem deixar de trabalhar os conteúdos que estou trabalhando com os demais alunos, só que dentro do nível adaptado a ele. (Professora Maria).

Uma outra professora deu a seguinte resposta sobre o mesmo questionamento em relação as suas práticas:

Atividades diferenciadas, quadro branco, para o incentivo da escrita. Participam de jogos com os demais alunos, fazendo leitura de cartazes grupal e individual, atividades xerocadas, videoaula, recorte e colagem e é acompanhado(a) no atendimento educacional especializado, com a mesma sintonia da sala regular (professora Rosa).

Ao longo da pesquisa junto com as observações, entrevistas, vivências, a professora também nos relatou que os alunos com deficiência têm um papel fundamental em sua construção de conhecimentos, metodologias e práticas aplicadas a eles, que os colegas de classe também conseguem ter uma visão mais ampliada sobre o assunto.

Por fim, questionado para as professoras sobre quais as praticas inclusivas são mais evidentes na escola uma das professoras nos deu a seguinte resposta:

Eu entendo como inclusão, você proporcionar que todos tenham o direito de participarem de todas as atividades, espaços ou eventos da escola, incentivando o aluno a participar, proporcionando isso se possível adaptando para que isso aconteça. Nesse sentido, a escola busca fazer isso, inclusive através de conversas com os responsáveis que muitas vezes não veem essa possibilidade nas suas crianças. É preciso deixar bem claro aqui, que mesmo não tendo o ideal para que

o aluno consiga ter acesso a todos os seus direitos, existem pequenos e simples gestos que garantem a inclusão desses alunos na escola e que é nosso mais inteiro dever proporcionar (Professora Maria).

Segue a resposta da professora Rosa em relação ao mesmo questionamento:

Um dos principais é o convívio escolar que através de ações, contribui para o respeito.

O professor como mediador, deve ser pesquisador e através de sua metodologia, utilize atividades que estimulem no processo Ensino-Aprendizagem (Professora Rosa)

Observamos ao longo da pesquisa que as práticas, metodologias e vivências inclusivas são praticadas na escola de maneira geral, contando que o pedagogo é quem norteia essa conscientização dentro e fora da sala de aula. A inclusão vai além dos muros da escola e cabe ao pedagogo o papel fundamental de mediador, seja como professor de sala de aula, seja como professor da Sala Multifuncional no processo de inclusão escolar de alunos com alguma deficiência.

Do mesmo modo, torna-se fundamental que a escola e também todo o corpo discente, possam ter a percepção de que cada indivíduo tem suas particularidades, tendo em vista que a escola inclusiva é a que está aberta às diferentes realidades e condições. Os direitos são os mesmos para todos os alunos, sendo que os que possuem algum tipo de deficiência, sejam olhados de forma mais peculiar pois precisam de um apoio maior e coletivo.

Considerações finais

Durante a pesquisa observamos o quão importante é o papel do pedagogo em relação a construção do conhecimento dos alunos com deficiência, pois, vê-se que a formação do pedagogo vai muito além do que é estudado nos cursos de graduação, licenciaturas ou formações continuadas. Na prática, ele vai adquirindo experiência de lidar com diferentes situações que envolvem os alunos, em especial, seu papel na vida de alunos com deficiência é fundamental, pois, mesmo que ele possa não ter formação específica, ele acaba adquirindo na prática e passa a mediar a inclusão de alunos com deficiência, pois é ele que estabelece o diálogo com os outros profissionais em favor desses alunos.

Por fim, o professor pedagogo não só tem um papel fundamental na construção não só no atendimento na sala do AEE, mas principalmente como se dá essa formação em sala de aula, pois o professor da sala regular é o que vai nortear o desenvolvimento desses alunos no dia a dia, na vivencia pratica e teórica dentro e fora da sala de aula. Ele é quem faz o aluno ter experiências novas com os colegas de turma, o inclui no convívio da sala regular para que a inclusão realmente se efetue de forma notória e fundamental na escola regular.

A vista de que os professores dos alunos com deficiência passaram por um questionário que foi aplicado e respondido por eles mesmos com respostas simples e diretas, cada um se adequando a sua realidade vivida em sala de aula diariamente e como esses docentes usam essas metodologias, práticas, materiais e recursos aplicados na vivência dos alunos e dos colegas de sala e também da escola em geral.

Assim também como a professora do AEE que teve um papel importantíssimo ao longo dessa pesquisa, com seu conhecimento teórico e histórico, contribuindo de forma peculiar e individual para que nós conseguíssemos enriquecer essa pesquisa. Falar de inclusão social de indivíduos com algum tipo de deficiência é falar de direito. Todo cidadão independe de sua situação física ou cognitiva tem direito a ter acesso à educação, a saúde, ao esporte e lazer, também ao trabalho.

A escola deve atender as necessidades de todos os alunos, independente das suas condições físicas ou cognitivas, bem como posição social ou socioeconômica, possibilitando assim, uma educação de qualidade para superar as desigualdades sociais e contribuindo para a formação dos sujeitos para a vida em sociedade.

O pedagogo(a) como profissional atuante em sala de aula assume um papel inegável na inclusão escolar. É o pedagogo que cria junto com a direção e coordenação escola ações que promovam a inclusão dentro e também fora da sala de aula no que se refere ao contexto escolar, para que haja uma educação de qualidade e inclusiva.

Os princípios defendidos pela Lei de Diretrizes e Bases (1996) defendem uma educação de qualidade, no entanto entende-se que isso só será efetivo quando forem promovidos e alcançados todos os outros itens do mesmo artigo. Um deles é o direito à inclusão, onde ao entender a igualdade de condições para o acesso e a permanência do aluno no processo de ensino aprendizagem, bem como o respeito à liberdade e a tolerância.

A inclusão combate diretamente o preconceito e a discriminação reconhecendo e valorizando as diferenças de cada indivíduo, bem como as suas capacidades. No Brasil, foi criado o Plano Nacional de Educação – PNE (2014) que norteia a educação inclusiva para alunos com deficiências intelectuais, físicas, auditivas, visuais, e múltiplas, bem como o transtorno do espectro autista e com altas habilidades (superdotados).

São vários os recursos que asseguram os direitos das pessoas com deficiências, dentre eles: a Declaração de Salamanca (1994) temos a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB (1996) e o mais atual o Plano Nacional da Educação – PNE (2014), e vários outros.

E na escola Sagrada Família em Tomé-Açu esses direitos são assegurados, as crianças com deficiência tem acesso a Sala de Recursos Multifuncionais – SRM com uma profissional qualificada para atender as demandas dos alunos. É certo que independentemente do tipo de

deficiência que a criança possui, seu direito de acesso e permanência na educação está assegurado nessa escola.

A importância do pedagogo, como o profissional graduado em Pedagogia, na inclusão de pessoas com deficiência na escola é inegável. Ele é entendido como um articulador dos trabalhos desenvolvidos na escola.

A atuação do professor pedagogo na SRM é essencial para as ações realizadas dentro e fora dessa sala. segundo Almeida e Soares (2010), é o de propiciar uma organização da escola em que seja possível modificar, transformar e construir juntamente com toda a equipe escolar estratégias, metodologias de ensino, definição de conteúdo, instrumentos de avaliação, entre outros, responsabilizando-se em articular todos esses elementos.

Reconhecendo a relevância do papel do pedagogo na inclusão de alunos com deficiência nas escolas, queremos ressaltar que ele é um profissional indispensável dentro do âmbito escolar, sua carreira profissional deve ser valorizada, seus direitos assegurados, a criação de políticas públicas para que sua profissão, seu salário e sua importância dentro fora da escola seja reconhecido e tenha seu devido valor visto pela comunidade em geral. Não somente isso, cabe também assegurar ao pedagogo formação continuada e suas funções durante a graduação para que ele se torne um profissional com reconhecimento de carreira e valorização profissional.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, C. M; SOARES, K. C. D. **Pedagogo Escolar: as funções supervisora e orientadora**. Curitiba: IBPEX: 2010.

ALVES, Denise de Oliveira et al. Sala de Recursos Multifuncionais: **espaços para atendimento educacional especializado**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2006, 36p.

BRASIL, **Plano nacional da educação**. LEI N° 13.005/2014. Disponível em: <<http://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>> Acessado em 05/08/2019.

BRASIL, **Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais**. Brasília: Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, 1994.

BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei n.º 9394 de 20 de dezembro de 1996. Brasília: Imprensa Oficial, 1996.

BRASIL, **Plano Nacional de Educação - LEI N° 13.005/2014**. Brasília, DF.2014. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014> Acessado em: 16/08/2019.

BRASIL, RESOLUÇÃO Nº 2, de 11 de setembro de 2001. **Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.** Brasília: CNE/CEB, 2001

CARVALHO, R. E. **Educação Inclusiva com os pingos nos is.** Porto Alegre: Mediação, 2004.

FARIA, Maria C. **A leste do Éden. Projeto de Inclusão: Clínica Psicanalítica e Deficiência Mental.** São Paulo, 2003 217p, Tese (Doutorado em Psicologia Clínica) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

LIBÂNEO, J. C. **Democratização da escola pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos.** São Paulo: Loyola, 2006.

MANTOAN, M. T. E. **A integração de pessoas com deficiência: contribuição para uma reflexão sobre o tema.** São Paulo: Memnon; SENAC, 1997.

MANTOAN, M. T. E. **Uma escola de todos, para todos e com todos: o mote da inclusão.** In: STOBÁUS. C. D.; MOSQUEIRA. J. J. M. Educação Especial em direção à educação inclusiva. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004

MADER, Gabrielle. **Integração da pessoa portadora de deficiência: a vivência de um novo paradigma.** São Paulo, Memnon, 1997.

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. **Verbete Declaração de Salamanca. Dicionário Interativo da Educação Brasileira - Educabrazil.** São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <<https://www.educabrazil.com.br/declaracao-de-salamanca/>>. Acesso em: 05 de ago. 2019.

Moreira, Camila F. Educação Especial: **O cuidador na rede pública de ensino.** Disponível em: <<https://cmoreira2.jusbrasil.com.br/artigos/479029571/educacao-especial>> acessado em: 05/08/2019.

PACHECO, José, EGGERTSDÓTTIR, Rosa, MARINÓSSON, Gretar L: **Caminhos para a inclusão.** Porto Alegre: Artemed, 2007.

RAMOS, Paulo; RAMOS, Magda Maria; BUSNELLO, Saul José. **Manual prático de metodologia da pesquisa: artigo, resenha, projeto, TCC, monografia, dissertação e tese.**

KAILER, Priscila Gabriele da Luz. **O papel do pedagogo em relação à inclusão escolar. XI Congresso Nacional de Educação EDUCERE 2013.** Páginas 19760 – 19775. Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Curitiba, de 23 a 26/09/2013.